

Boletim Científico

Escola Superior do Ministério Público da União

Seção I

Direitos Humanos

As várias faces do multiculturalismo¹

Agnes Heller*

1 O multiculturalismo é uma palavra de moda e também um termo altamente politizado. O termo, ou melhor, o projeto multiculturalista, foi recente e amplamente aceito por diversos intelectuais socialmente comprometidos. Tanto entre esquerdistas europeu-ocidentais quanto entre norte-americanos comprometidos com a esquerda liberal, tem-se por suposto que o multiculturalismo é uma posição liberal, de esquerda, ou geralmente “progressista”, resultando disso que qualquer atitude cética ou negativa em relação ao multiculturalismo é vista com suspeição e rotulada como conservadora, de direita ou abertamente racista e fascista. Por outro lado, liberais conservadores e, mais tarde, universalistas tradicionais norte-americanos começaram a ver o multiculturalismo como um tipo de “chauvinismo tacanho” (WALZER, 1994). Na Europa Oriental, ambas as concepções tornaram-se representativas. Dependendo da interpretação que se faça da guerra da Bósnia e muitos outros fatores correlacionados, os intelectuais pendem para o lado do multiculturalismo ou contra ele. Na Hungria, dada a situação de dependência de minorias húngaras em países vizinhos, é de se esperar uma aceitação entusiasta da agenda multiculturalista; o multiculturalismo recentemente tem sido, todavia, atacado, especialmente entre antinacionalistas, como uma espécie de biopolítica e ideologia de apoio das chamadas “etnocracias” pós-modernas (GOMBAR, 1994).

O multiculturalismo é um conceito geral e, assim, transcon-

¹ Tradução de Marco Aydos, autorizada para publicação no *Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União*. O presente texto foi originalmente apresentado pela autora em conferência sobre integração e pluralismo em sociedades de imigração, em março de 1995, em Jerusalém. A tradução é feita a partir do texto publicado por Rainer Bauböck, Agnes Heller e Aristide R. Zolberg (Ed.) (*The many faces of multiculturalism. The challenge of diversity: integration and pluralism in societies of immigration*. Aldershot: Avebury, 1996. p. 25-41).

* Agnes Heller é atualmente titular da cátedra Hannah Arendt de Filosofia, na *New School for Social Research*, Nova York, EUA.

textual². Se dissermos que “o multiculturalismo como tal é certo” ou, alternativamente, “que o multiculturalismo como tal é errado”, abstraímos-nos do espaço onde as culturas aparecem, das origens dessas culturas, do nível de suas manifestações, assim como de todo o resto. Mas temas culturais não podem ser abordados de modo transcontextual. A compreensão de qualquer coisa que seja essencialmente holística – e a cultura é uma delas – demanda uma abordagem contextual. Podemos dizer que o assassinato é *errado* e que ele é errado em todo lugar; normas morais abstratas, tais como “não se deve assassinar”, são transcontextuais. Poderíamos também medir, querendo, o *desenvolvimento* econômico pelo metro da produção *per capita*; fatos puros (se de fato existirem) também podem ser descritos transcontextualmente. Mas não se pode dizer que a promoção privilegiada da língua nacional é algo *errado* em todo lugar, porque isso, ao contrário, às vezes parece correto, em alguns lugares e em certos contextos – ainda que possa ser percebido como algo errado em outros. Nem se pode asseverar que a multiplicação de culturas é um desenvolvimento progressista, porque ela com certeza não é um fato que se possa avaliar em termos quantitativos. E mais, a multiplicação de culturas numa nação ou num corpo político pode ser encarada sob certos aspectos como um grande feito, mas sob outros talvez também como um déficit; num lugar ela pode ser considerada como um *incremento* da qualidade de vida, quando em outro pode ser signo de *declínio*. Desse modo, uma falácia reside no discurso político sobre o multiculturalismo.

A cultura política deve ser algo contextual, pela simples razão de que todas as culturas como entidades devem ser compreendidas contextualmente. O discurso do multiculturalismo, no entanto, é freqüentemente conduzido de modo transcontextual e, além disso, superpolitizado. Essa falácia fecha o caminho para um diálogo aberto. Para tornar esse diálogo possível, eu recomendaria os três passos seguintes: Primeiro, deve-se desconstruir o conceito de cultura e

² Mantive o termo original transcontextual (que não chega a ser um neologismo em português, já que o termo contextual existe e o prefixo “trans” é prolífico, como registra Houaiss) por ser preciso e exato e porque o sentido que lhe dá a autora é explicado no curso da conferência [NT].

discutir as várias esferas de cultura separadamente. Segundo, precisa-se desconstruir³ o prefixo “multi” no termo composto “multi-cultural” de modo que se distingam pelo menos quatro grandes tipos de culturas múltiplas. Terceiro, o conceito de cultura deve ser despolitizado na discussão geral e re-politizado apenas até o ponto em que se começa a examinar um tipo de multiculturalismo entre os três que iremos abordar (ou quando examinarmos casos isolados). Ainda assim, as implicações políticas permanecem brutas e sempre demandam refinamento contextual⁴.

Para nosso propósito, aqui, eu vou distinguir três esferas de cultura: a cultura da vida cotidiana, a alta cultura e o discurso cultural. Entre os tipos de culturas múltiplas, vou distinguir quatro grandes grupos, ainda que existam razoavelmente distinções e subgrupos entre eles – o que, novamente, não fará justiça à qualidade única de cada cultura, seja ela tomada isoladamente ou como composto de culturas. Esses quatro grandes grupos são:

- a) a multiplicidade de culturas nos Novos Mundos (as Américas, a Austrália, a Nova Zelândia);
- b) as culturas tradicionalmente múltiplas dos Velhos Mundos (tanto na Europa quanto na Ásia);

³ Mantive literalmente expressões já correntes em filosofia, como desconstruir e, adiante, desideologizar, que apesar de não serem familiares, já se encontram registradas por Houaiss [NT].

⁴ Certamente é possível e até mesmo frutífero limitarmos-nos a um único tipo de coexistência cultural (e.g., o caso europeu-ocidental) a partir do qual podemos construir a solução ótima ou ideal: uma descrição normativa da multiplicidade de culturas. Para citar um exemplo, Rainer Bauböck (1994) fala do problema da assimilação e chama a atenção para um caso em que a assimilação é possível mas não é necessariamente um “multiculturalismo”. Ele já definiu (de modo normativo) o multiculturalismo na forma mais bem amparada pela posição normativa. Se a questão for posta em termos tais, eu nunca hesitaria em identificar-me com o multiculturalismo. Mas o multiculturalismo é um termo ideológico prenhe de palavras de ordem, e que carrega em suas bandeiras os mais diferentes tipos de concepções e de políticas. Dizer que os multiculturalistas empregam mal o termo não ajuda, porque o que o define é o modo pelo qual ele é usado. Uma teoria crítica faz uso de normas enquanto tiver em mente o conceito normativo da coexistência de diversas culturas, mas ela, em primeiro lugar e principalmente, discutirá as interpretações correntes, tanto as libertadoras quanto as repressivas. Por que, afinal, não se transformam interpretações correntes em ações? E certas práticas precisam ser criticadas.

- c) a multiplicidade de culturas verificada em países velhos como resultado de mais recentes imigrações em massa;
- d) um caso singular, o de Israel⁵.

Assim como a multiplicidade de culturas significa algo diverso em cada um desses quatro casos, o mesmo acontece com o multiculturalismo⁶. O que poderia parecer um juízo ou avaliação razoáveis, num caso, não será de modo necessário igualmente razoável noutro caso. Por exemplo, a língua nacional tem um valor emocional inteiramente diferente na Estônia, em Israel, na Finlândia, nos Estados Unidos ou na Índia, ou ainda, por exemplo, para os húngaros, dependendo de estarem vivendo na Romênia, nos Estados Unidos ou na Suécia. Agora, todas as afirmações genéricas a respeito do privilégio ou não das línguas nacionais serão certas em alguns casos e erradas em outros. Em alguns casos serão ainda ao mesmo tempo certas e erradas, embora por razões diversas.

Nossa discussão então será baseada na hipótese de que, uma vez que as culturas são sistemas abertos e holísticos, somente compreensíveis dentro de seus próprios ambientes, torna-se necessário desideologizar⁷ e despolitizar o termo multiculturalismo, para

⁵ Também existem outros “casos isolados”. Alguns críticos apontam, por exemplo, que a África do Sul é um caso tão isolado quanto Israel. Se discutirmos os assuntos na moldura de um único contexto isolado, então todos os casos podem ser tomados isoladamente. Mas ainda assim existem casos que podem ser descritos num tipo-ideal, ao passo que outros não o permitem. Israel não pode ser encaixado num tipo-ideal, e provavelmente a África do Sul também não. Talvez existam outros casos isolados representativos que escapem de qualquer tipologia.

⁶ Fundamentalmente, a mesma distinção é feita por M. Walzer (1994). Ele menciona, em primeiro lugar, culturas relativamente homogêneas, em que “a grande maioria dos cidadãos compartilha uma identidade étnica e celebra uma história comum”, como seria o caso da França, da Alemanha, da China etc.; em segundo lugar, os “Impérios antigos multinacionais”; em terceiro lugar, o pluralismo norte-americano. Mas depois de fazer essa distinção, ele continua sua análise principal como se os dois primeiros não existissem. Will Kymlicka (1995) critica Walzer e substitui as suas distinções por outras. Ele fala de um multiculturalismo “multinacional” e de outro “poliétnico”, argumentando que o Canadá e os Estados Unidos, por exemplo, constituem ambos os casos. Kymlicka (diferentemente de Walzer) enfrenta de modo exaustivo os problemas dos conflitos étnicos europeus (em especial os europeus orientais), tais como a alternativa entre autogoverno e representação e outros do gênero.

⁷ Cf. nota anterior de tradução.

transformá-lo num conceito-valor razoável. Uso o termo “conceito-valor” porque é de fato o que ele é. Mesmo quando desideologizado, o multiculturalismo ainda permanece como compromisso que com muita ênfase aprova a proteção, a preservação e a promoção de uma multiplicidade de culturas dentro de um certo contexto. Uma vez desideologizado ou despolitizado, o multiculturalismo como valor não faz generalizações rasantes sobre qualquer assunto relacionado à coexistência ou ao relacionamento entre culturas: seja sobre as leis de imigração, os currículos do ensino médio ou a pretensão de uma cultura à autonomia política. E mais, um tipo desideologizado de multiculturalismo não assume que todas as culturas sejam iguais, pela simples razão de que tais entidades não podem ser comparadas, por não existir padrão disponível para a comparação. A isso eu somaria, com Taylor, que se pode admitir ou deve-se garantir o igual reconhecimento de culturas, no sentido de que numa democracia liberal não se pode viver em paz e amizade com grupos de pessoas cujos estilos de vida, línguas, costumes, práticas religiosas ou sexuais diverjam das nossas, a não ser que reconheçamos que o outro modo de vida também possui algum valor. Disso, todavia, não segue que todos os modos de vida ou culturas em geral tenham valor igual.

Mas existe algo muito errado com uma tal exigência (o reconhecimento de igual valor, A.H.). Faz sentido exigir como questão de direito que nos acerquemos ao estudo de certas culturas mediante a presunção de seu valor [...] Mas não pode fazer sentido a exigência de que seja questão de direito que cheguemos a um juízo final e conclusivo de que o seu valor é grande, ou igual ao de outras. (TAYLOR, 1992, p. 68-69.)

Como compromisso de valor, o multiculturalismo ele mesmo tem raízes culturais. Esse é de fato um círculo, mas não um círculo vicioso. O valor do multiculturalismo está enraizado na modernidade. Os valores supremos da modernidade são os conceitos universais de liberdade e de vida. Se houver conflito entre essas duas idéias-valor, à liberdade deve ser concedida prioridade⁸. À vida também

⁸ Charles Taylor (1992) argumenta que o valor do multiculturalismo está enraizado na idéia moderna de reconhecimento mútuo.

pode ser dada prioridade – o que hoje em dia ocorre com frequência, especialmente em temas de biopolítica⁹. Mas se e quando isso acontecer a sobrevivência da modernidade estará em perigo. Porque o fundamento da sobrevivência da modernidade é o valor da liberdade, e não o da vida. Assim como liberdade e vida são os supremos valores-fim da modernidade, assim a igualdade será seu valor-meio supremo, de sorte que as duas maiores normas abstratas da modernidade são “igual liberdade para todos” e “iguais oportunidades de vida para todos”. Repetindo, essas normas são normas abstratas e é por isso que elas não podem ser atualizadas, podem ser apenas objeto de aproximação. E o que ocorre é que ou nos aproximamos delas ou não. Eu já observei que normas abstratas são transcontextuais. “Liberdade para todos e oportunidades iguais de vida para todos” são normas abstratas, e é por isso que elas também são transcontextuais, pelo menos na modernidade e entre os modernos – titulares dessas normas. Ao promovermos a coexistência de culturas diversas, também se promovem múltiplas avenidas de felicidade – a condição mesma que incrementa as oportunidades de vida de muitos, ainda que não necessariamente de todos. O multiculturalismo, no seu sentido mais amplo, é a utopia das oportunidades iguais de vida para todas as comunidades, num sentido direto, e ao fim e ao cabo também para todos os indivíduos, num sentido indireto. Uma utopia garantidora de igualdade de oportunidades de vida, no entanto, é uma utopia moderna incompleta, a não ser que a liberdade como valor supremo também seja incorporada a essa mesma utopia. A liberdade somente pode ser incorporada a essa utopia se o ingresso e a saída de uma e de cada cultura – nativa ou escolhida – for e permanecer um ato livre. E mais, esse ato livre deve ser repetível, de modo que a liberdade individual e a escolha sejam preservadas e até mesmo promovidas – não apenas no seio de, ou contrariamente a, uma sobrepujante cultura universal, mas também no seio de, ou contrariamente a, toda e cada uma das culturas particulares. Além disso, a

⁹ Para uma discussão detalhada desse problema, confira Fehér e Agnes Heller (1994) e John Fekete (1995).

identidade múltipla de indivíduos também deve ser reconhecida e respeitada. Um bom exemplo é o caso das “políticas de identidade”, celebradas entre os multiculturalistas contemporâneos (especialmente nos Estados Unidos e no Canadá), em que a liberdade dos indivíduos relativamente a múltiplas identidades é normalmente podada, porque lhes é exigida solidariedade absoluta com uma dentre essas identidades. Agora, uma vez que todas as condições acima tenham sido contempladas, o reclamo multiculturalista é justificado, no sentido de que é autorizado pelos valores supremos da modernidade. Isso é verdadeiro apenas no caso de um conceito abstrato de multiculturalismo, qual seja, um conceito des-ideologizado e desconceitualizado. Não se pode integrar os valores de vida e de liberdade, nem mesmo no plano de uma simples premissa, e simultaneamente negar que os atores contemporâneos decidam por si mesmos o que é melhor para eles. Sempre que as decisões dos atores são prejudicadas, rotuladas, ou submetidas a preferências generalizadas, a norma do multiculturalismo deixa de ser abstrata e seu *slogan* torna-se veículo de usurpação e superimposição – todas essas coisas que ele supostamente rejeita. Somente um conceito transcontextual de multiculturalismo que assuma a diversidade cultural como uma norma abstrata é capaz de unir os valores de oportunidades de vida e liberdade num plano utópico nas esferas da identidade cultural, auto-articulação e auto-realização: em que esse “auto” signifique tanto indivíduos como grupos. Uma tal norma anula a falácia normalmente inerente na maior parte das afirmações contemporâneas superpolitizadas a respeito do multiculturalismo. Nos dias de hoje, a mais geral e inflamada questão relacionada à multiplicidade de culturas diz respeito à coexistência geral de culturas diversas em nosso globo. Alguns intelectuais, e.g., Huntington (1993), advertem-nos para um virtual choque entre civilizações; outros, como Raz (1994), pensam que o conflito entre civilizações seria administrado pacificamente se os ocidentais abandonassem o seu “etnocentrismo”. Agora, se é a primeira, ou a segunda – ou ainda muitas outras posições entre elas – a que irá caracterizar alguns dos próximos séculos da era moderna, ninguém sabe¹⁰. Mas não se deve esquecer, quando discutimos tipos de multi-

¹⁰ O medo de um novo barbarismo resultante da perda de forças de integração não-violentas, particularmente da perda de regras gerais de civilidade e urbanidade, não é apenas um

culturalismo dentro de um império, estado, sociedade ou corpo político isolado, que a ameaça de um choque entre civilizações paira sobre nós como uma sombra escura, ao passo que apenas a promessa de uma cooperação autêntica¹¹ entre as civilizações lançaria alguma luz sobre nosso caminho.

2 Tenho feito distinção entre três espécies ou camadas de cultura: a cultura da vida cotidiana, a alta cultura e o nível do discurso cultural. Essas três camadas não foram sempre diferenciadas como estão no mundo moderno. Mas, já que o multiculturalismo nasceu na modernidade e que o discurso sobre o multiculturalismo concentra-se – pelo menos por enquanto – nos tipos de cultura que eu brevemente descrevi, deve-se tomar a “condição moderna” como ponto de partida não-problemático de nossa investigação. Quando eu distingo entre altas culturas e culturas menores e insisto na importância de manter-se essa diferença, não pretendo comparar a forma da sonata à da canção folclórica (*Völklied*, em alemão no original – NT) de modo que deprecie essa última. Nos seus encontros culturais cotidianos, homens e mulheres não possuem alternativa entre a sonata e o *Völklied*, porque em realidade o *Völklied* não existe mais. A cultura popular tradicional é cultivada em museus, onde – de modo similar aos animais preservados de espécies em extinção – a tradição é bem guardada e preservada por uma elite cultural, normalmente uma elite nacional ou nacionalista. Já não há mais nenhuma “cultura popular” autêntica. Ainda existem práticas religiosas, credos e costumes que são prestigiados pelos que os praticam, mas o universalismo das coisas e seu uso (de aparelhos de televisão e máquinas de lavar aos aviões) parecem limitar o alcance das diferenças tradicionais na vida cotidiana.

pesadelo conservador, mas uma preocupação geral. Claus Offe escreve: “Im Gegensatz zu Makro-Naturzuständen [...] kann man von Mikro-Naturzuständen sprechen: Von der Erosion nicht-formaler Regelsysteme im Prozess der Modernisierung selbst, sie zum gleichgültigen Geschehenlassen oder zur opportunistischen Verübung barbarischer Exklusions- und Gewaltakte disponieren” (OFFE, 1994).

¹¹ O conceito de autenticidade é empregado nesse contexto por Taylor (1992). É evidente que Taylor considera a retórica liberal autodepreciativa como uma resposta inautêntica às provocações do multiculturalismo. Eu compartilho de sua concepção.

O tipo de cultura indígena, que já serviu de veículo de entendimento e autocompreensão para segmentos de um povo, adicionando sua beleza e frescor únicos ao patrimônio da raça humana e fornecendo o solo natural para o crescimento de todas as culturas, está em dissolução praticamente em todo lugar. Acreditar que uma cultura que vá além dos costumes cotidianos, de rituais religiosos, culinária ou penteados e adereços, será ou poderia ser uma “diferença” – a alternativa ao “universalismo” da alta cultura – é simplesmente o mesmo que perseguir fantasmas. A alternativa à alta cultura é apenas um outro tipo de “universalismo”: a universalidade empírica da cultura menor¹² ou o universalismo fabricado em escala industrial da cultura geral de massas. Mas isso não é tudo. Enquanto a alta cultura podia, de modo autêntico, recorrer à cultura da diferença (e ainda o faz, desde que tais culturas existam), a cultura de massas usa a “diferença” apenas como uma roupagem, um colorido superficial para ganhar novos públicos e tornar-se palatável quando em confronto com os politicamente corretos.

Hoje em dia o discurso cultural está atrelado à alta cultura. Pelos últimos 200 anos nós começamos a chamar “cultos” a homens e mulheres se o seu modo ou estilo de vida exigia uma experiência contínua na alta cultura e uma prática constante de discurso cultural, a partir de tópicos variados que iam além da tradição e do patrimônio cultural próprios de um único grupo cultural. “Discurso” não é o mesmo que fala discursiva, porque aquele inclui juízos (não apenas juízos de gosto como também juízos morais), referências e alusões a uma experiência compartilhada. Homens e mulheres vivem, e sempre viveram, em dois mundos: um mundo cotidiano, de senso comum, e em “outro mundo”. O “outro mundo” engloba experiências compartilhadas que elevam homens e mulheres acima de suas ocupações cotidianas e do seu egoísmo. A Bíblia apresentou para muitas

¹² Literalmente, “baixa cultura” (*low culture*), que no sentido que a autora emprega significa toda cultura que é pobre em densidade e capacidade de render diversas interpretações, ao contrário da potencialidade da alta cultura que é hermeneuticamente inexaurível. Optei por “cultura menor” em lugar do sentido literal de “baixa cultura”. Mantive, todavia, a expressão “alta cultura” (*high-culture*) [NT].

gerações um mundo como esse, mais alto e ainda assim compartilhado. A cultura tradicional (como os contos de fadas alemães, as canções de ninar inglesas e os cantos espirituais dos negros) sempre forneceu uma escada para subida a um “outro” mundo: fantástico, belo, amedrontador e talvez mais real. Mais realidade, aqui, é equivalente a densidade de significado. A densidade de significado num objeto cultural depende do alcance de sua interpretabilidade. A alta cultura é o único herdeiro e sucessor da cultura tradicional (tal como a tradição da cultura d’O LIVRO), porque os objetos da alta cultura são densos em significado, não se pode jamais “encerrar” as suas interpretações.

À cultura (menor) de massas, todavia, falta essa densidade de significado. Ainda assim ela também apresenta outro mundo, mas um outro mundo pobre em significado, porque ele é do tipo de mundo de conto de fadas manufaturado, sem tradição, que não permite nenhuma interpretação: ele é consumido como um filé. Assim, não será a cultura de massas (e o seu universalismo) a herdeira da função das culturas indígenas da diferença, qual seja, a de elevar nossa linguagem a um sistema de símbolos, a um ponto de referência para a experiência compartilhada, a uma tradição além do plano cotidiano (o que apenas a alta cultura, enquanto e onde ela ainda existir, permite). Por isso adquire importância a distinção de Charles Taylor entre o reconhecimento de valor, de um lado, e reconhecimento de igual valor, de outro, às culturas (tradições). É agora, ao tempo em que desaparecem culturas vivas da diferença (não obstante a sua “preservação” em alguns nichos do mundo, e em todo canto nos museus do nacionalismo), que mais do que nunca se torna muito importante confiar nas culturas tradicionais que se desenvolveram como altas culturas indígenas (como a européia, a mediterrânea e a asiática): não porque a sua cultura cotidiana da diferença “valha mais” do que as culturas de outros povos (não possuímos metro de comparação), mas porque existe um “plus” em algumas que se ausenta em outras – e esse “plus” agora pertence a todo o mundo e pode ser absorvido por todos. É isso que o “universalismo” da alta cultura significa. A cultura de massas também pode ser absorvida por todos (como de fato é absorvida por todos). Apesar desse fato indiscutível, a cultura de mas-

sas raramente é rejeitada por multiculturalistas. Porque se os afro-americanos lerem Shakespeare na escola, eles também aprenderão a “ascender” a uma compreensão mais elevada, ao passo que se eles assistirem a “Dallas”, bem, aí não existe nem a necessidade nem a possibilidade de uma tal ascensão.

Como eu mencionei, hoje é basicamente a cultura de massas – em especial a cultura de massas norte-americana – que em geral começa a imprimir sua marca, basicamente por meio da mídia eletrônica, sobre a imaginação de homens e mulheres de todas as culturas, de Nova York a Bombaim, de Praga à Cidade do Cabo. Na esfera do lazer e do entretenimento, a diversidade hoje se tornou um simples fenômeno de superfície que mal esconde o fato de uma uniformidade total. Uma vez que a cultura de massas é uma cultura de fachada, como uma boneca enfeitada, ela não fornece um veículo para o entendimento recíproco como a alta cultura pode fornecer, ainda que nem sempre o faça. Isso nos conduz ao terceiro tipo (ou nível) de cultura: o da discussão ou do discurso.

Todos os tópicos podem ser enfocados num discurso cultural, ainda que os produtos de alta cultura sejam, em razão de sua inexaurível capacidade hermenêutica, especialmente aptos a serem tópicos de discussão. Mas a política, questões sociais, praticamente tudo que interesse a uma comunidade de pessoas pode ser relevante nesse contexto. O discurso cultural não é cultura fundamentalmente porque os seus temas sejam assuntos de cultura, mas sim porque o discurso em si constitui cultura, já que seu objetivo não é nem o de resolver problemas nem o de apurar os fatos. Ao contrário, ele problematiza e até mesmo cria seus temas por meio da reflexão. As pessoas envolvidas em discurso saboreiam os assuntos pelo simples prazer de degustá-los. Nesse sentido o discurso cultural é um fim em si mesmo. Mas ele também nos refina o gosto e aprimora o juízo. As pessoas distanciam-se das ocupações normais da vida diária por meio do discurso cultural. Ao engajarem-se nele, elas suspendem a unidade imediata entre conhecimento e ação. Assim, pode-se dissociar o pensamento das atividades cotidianas, ou melhor, torna-se o pensar uma atividade cotidiana mediante a conversa prazerosa. Essa é uma mescla do que Arendt queria dizer com as expressões “pensamento

puro” e “prazer da convivência”. Os outros, nossos parceiros de convívio, podem provir não só de nosso estreito meio cultural, como também de outros. Num discurso cultural, todas as relações diretas entre conhecimento e prática ficam em suspenso e, como resultado, o discurso pode tornar-se o principal veículo de conversação intercultural. Se houver grupos com origens culturais distintas e que provenham de variadas tradições culturais, então o discurso torna-se um discurso cultural. Ele justifica sua própria existência no contribuir, talvez mais do que qualquer outra coisa, para o mútuo entendimento desses grupos. Dado que o discurso cultural em si não objetiva ao mútuo entendimento, mas sim ao esforço interpretativo comum por meio da conversa, ninguém se percebe como um objeto e ninguém sai magoado. E é assim que as pessoas aprendem com as outras, e sobre elas: não porque elas cheguem a um consenso, mas porque descobrem algo a respeito do gosto e do juízo dos outros. Isso as leva a prestar atenção umas às outras, a desenvolver emoções como empatia, curiosidade, ressentimento e assim por diante. O contato recíproco é estabelecido por meio de um contexto comum.

Já que discutimos aqui o multiculturalismo, o que temos em mente é uma comunidade mais ampla ou um corpo político que abranjam uma multiplicidade de diversas culturas – pelo menos no sentido de culturas cotidianas. Nós já chegamos a uma conclusão preliminar segundo a qual os “erros” e “acertos” relacionados a temas de multiculturalismo também dependem (e por vezes radicalmente dependem) de puro contexto. O contexto de uma multiplicidade de culturas será diferente se todas essas culturas tiverem uma camada própria, indígena, de alta cultura; será outro, ainda, se apenas algumas delas a possuírem, assim como diverso será também se apenas uma ou nenhuma delas a possuir. O contexto será diferente se uma alta cultura particular (como tradição) for escolhida por todas elas (sem prejuízo de que essa alta cultura seja a própria ou uma outra diversa), por algumas, por apenas uma ou por nenhuma delas. E, ainda, o resultado será diferente se o discurso cultural for conduzido, mesmo que em níveis distintos, em todas, em algumas, em apenas uma ou em nenhuma dessas culturas. O caráter das culturas múltiplas será contextualmente dependente no caso de uma cultura que desenvolva

a habilidade de abrir-se para a mudança, quando outras não o façam. A primeira atitude pode conduzir (ainda que não necessariamente) à assimilação, ao passo que a segunda atitude inevitavelmente resultará em segregação total.

3 Entre os quatro grandes grupos em que coexistem várias culturas, não vou discutir aqui o caso de Israel. Mas devo dizer algo a respeito de algumas características representativas dos outros três tipos-ideais – e entre elas algo a respeito de padrões dos Novos Mundos, quando mais não fora para enfatizar que o multiculturalismo nos velhos continentes não pode simplesmente macaquear¹³ o tipo de multiculturalismo que se desenvolveu em vários países dos Novos Mundos. É claro que todos os novos continentes também diferem uns dos outros, e que não posso fazer-lhes justiça num breve relato. Para citar apenas um caso diverso, eu mencionaria o da Austrália, onde os temas multiculturalistas são enfrentados de modo bem mais racional do que nos Estados Unidos ou no Canadá.

Começemos com uma visão geral, de modo que possamos apontar as diferenças entre os Velhos Mundos e o Novo. Com exceção dos aborígenes (ou americanos nativos, como os índios são chamados nos EUA), todas as culturas do Novo Mundo surgiram da imigração¹⁴. Isso significa que nenhum grupo possui quer uma reivindicação específica quer uma ligação emocional própria relativamente à terra e ao solo. Todos foram implantados lá a partir de outros lugares. Imigrantes chegaram ao Novo Mundo cruzando o oceano,

¹³ No original consta “ape”, literalmente “macaquear”, mantido na versão brasileira, já que é tão informal em português quanto no original. Lembre-se que o texto é originário de conferência [NT].

¹⁴ Kymlicka (1995) discorda dessa afirmação. Ele refere-se, por exemplo, às populações de fala hispânica do Novo México, que estavam lá antes da expansão dos Estados Unidos. Há uma certa verdade nisso, apesar de que não existam casos completamente “puros”. Mas não se deve esquecer que os povos de fala hispânica dos territórios mexicanos eram eles mesmos filhos e netos de imigrantes, do mesmo modo que o povo dos Estados Unidos – e quando não, eram índios aborígenes. As populações negras (importadas como escravas) são um problema especial norte-americano desde que elas não foram imigrações voluntárias, como as demais. Hoje em dia, porém, elas permanecem lá voluntariamente. Não existe um sionismo negro.

deixando seu passado para trás. Ainda que com conotações inteiramente diferentes, isso é da mesma forma verdadeiro sem importar se alguém chega como um fazendeiro ou aventureiro (isto é, voluntariamente) ou transportado e mantido lá contra a própria vontade, como ocorreu com condenados ou escravos (contanto que os últimos tenham escolhido ficar no Novo Mundo voluntariamente depois). Mas não é somente o solo nativo que deixa de representar um papel na ligação emocional dos novos habitantes, também o mito do primeiro ocupante da Terra não terá qualquer importância cultural. Que os franceses estiveram na Austrália antes dos ingleses, ou que Nova York começou como uma colônia holandesa são fatos históricos (raramente aprendidos) que não têm nenhum apelo mitológico-emocional. Desnecessário dizer que nos continentes velhos ocorre justamente o contrário. Uma vinculação ao solo ancestral de alguém representa um papel primordial na identidade nacional, assim como no nacionalismo, juntamente com o mito da ocupação originária dessa terra pelos ancestrais remotos.

Havia – e até certo ponto ainda há – uma língua dominante nas terras novas, tal como o inglês na Austrália ou nos Estados Unidos, o espanhol na América Latina ou o português no Brasil. Porém, disso não decorre que as culturas inglesa, espanhola ou portuguesa – incluindo suas respectivas altas culturas – serão, nesses lugares, agora consideradas as tradições próprias das respectivas culturas contemporâneas. Novas ondas de imigração constantemente ingressaram nessas terras, vindas das mais diversas origens culturais, grupos étnicos, raças e religiões. Por muitos anos, os Estados Unidos tiveram orgulho em ser o grande caldeirão da diversidade (o *melting-pot*), a unidade na diversidade era – mas já deixou de ser – o *slogan* (norte) americano¹⁵.

Nos Estados Unidos, o multiculturalismo de hoje significa o abandono do *slogan* tradicional. O multiculturalismo hoje procura a diversidade, não a unidade. O espírito dessa nova ideologia sugere

¹⁵ O artigo apaixonado de Russel Baker, “Gone with the Unum” (1994), termina com a seguinte frase: “Oh, Unum, a quanta miséria nos arriscamos ao vos sacrificarmos pelo Pluribus” (p.A23).

que os povos da América têm uma única tradição comum: a constituição. Todavia, essa tradição é meramente política, não é cultural¹⁶. A etnia, a religião, o gênero, as preferências sexuais e coisas parecidas constituem as culturas respectivas dos diversos grupos. Toda cultura é igual e o entendimento recíproco entre as culturas não é necessário, porque elas podem existir uma ao lado da outra. Pode-se falar apenas a língua materna, não se precisa aprender uma língua comum (por exemplo, inglês) e muito menos se precisa apropriar uma cultura comum (por exemplo, literária). O *slogan* “abaixo a cultura ocidental”, que circula nas universidades norte-americanas, expressa a idéia de que a cultura européia não deve ser privilegiada. Isso, porém, não quer dizer que se devam ensinar outras altas culturas – por exemplo, as culturas chinesa ou hindu – além da ocidental ou européia; ao contrário, isso significa apenas que a distinção entre altas culturas e culturas menores tem de ser deixada de lado. Em poucas palavras, o multiculturalismo norte-americano contemporâneo é uma ideologia que, sob a pretensão de promover e preservar a diversidade, em realidade abole a distinção entre os três níveis de cultura – os da vida cotidiana, da alta cultura e da cultura do discurso. Todas as culturas são niveladas aos elementos básicos da cultura cotidiana e da cultura de massas.

Agora, se vamos além do plano da cultura cotidiana certamente aparecerão algumas diferenciações. Em primeiro lugar, porque existem certas línguas que não desenvolveram (pelo menos não ainda) um tipo de alta cultura. Segundo, porque existem alguns tipos de vida que não possibilitam um discurso cultural, e finalmente porque muitos grupos étnicos nos Estados Unidos não têm qualquer relação com as respectivas altas culturas de seus ancestrais nos países

¹⁶ Segundo Walzer (1994), os Estados Unidos jamais se caracterizaram apenas por um patriotismo constitucional. Tem-se sugerido (e não apenas Walzer) que esse tipo de patriotismo despreveria mais a interpretação européia da América do que a interpretação americana de si mesma (alguns sugerem que ela seria uma invenção de Habermas). Mas ainda que isso fosse assim, hoje em dia quase nada além de uma referência a uma constituição comum torna alguém um “americano”. Se isso é suficiente para a preservação de uma espécie de “unidade” mínima é uma questão em aberto. Talvez não seja, há que se ver o que se passará.

antigos, de modo que sua cultura real não é muito mais do que a casca vazia de uma entidade originariamente rica. O multiculturalismo põe por terra todas as diferenciações e distinções mais sutis em nome de uma diferenciação bruta e unidimensional.

Resultado disso tudo é que o multiculturalismo norte-americano contemporâneo serve, querendo ou não, a três propósitos: Primeiro, contribui para a destruição do sistema escolar mediante a introdução de um currículo multicultural (em lugar de documentação detalhada eu simplesmente me reporto aos muito convincentes livros de Arthur Schlesinger Jr. [1992] e Richard Bernstein [1995] sobre a matéria)¹⁷. Crianças e jovens aprendem o que já sabem (por exemplo, seus próprios costumes) ou o que querem ouvir (a superioridade de sua religião, de sua cultura cotidiana ou de sua raça), mas nunca aprendem algo que demande algum esforço. Segundo, o multiculturalismo pavimenta o caminho para a segregação. Em terceiro lugar, esse tipo de multiculturalismo torna as “etnocracias” todopoderosas: elas não são eleitas, mas falam a linguagem do “nós” e assim substituem-se a seus inexistentes constituintes. Feministas radicais que falam a linguagem do “nós, mulheres”, “as mulheres querem”, “as mulheres sentem”, etc. são um desses casos. E mais ainda: por meio do multiculturalismo, novos códigos de “correção política” – de um fundamentalismo político quase-totalitário – ganham força e terreno¹⁸. Finalmente, todos são deixados à influência exclusiva da cultura de massas – já que, como vimos, este é o único elo que une todos os grupos culturais: o elo da uniformidade. Dito de modo simples, o multiculturalismo norte-americano contemporâneo subs-

¹⁷ O livro de Richard Bernstein (1995) sobre o multiculturalismo é um panfleto em forma de livro. Ele tem argumentos fortes, e seu trabalho é bem documentado. O livro tornou-se polêmico e foi criticado tanto pela seção de resenhas do *New York Times* quanto pela publicação *New York Review of Books*, e não completamente sem justificativa. Mas mesmo os maiores inimigos do livro admitem que a parte descritiva do trabalho de Bernstein contém muitas afirmações verdadeiras e realistas.

¹⁸ Ver (entre outros) Steven Pinker, em *O jogo dos nomes* (*The game of the name*, 1994), que comenta a respeito do Manual de Identificação Racial e Étnica do *Los Angeles Times*, que proíbe ou restringe o uso de umas 150 palavras e expressões, tais como “defeito de nascimento”, “Chinese fire drill”, louco, continente escuro, enteado/a, WASP, Welsh etc. “Todos devem cuidar do que falam.”

titui a diversidade verdadeira sob uma capa de uniformidade pela total uniformidade com uma cobertura de diversidade. David Rieff corretamente comparou essa diversidade com a de um bem suprido supermercado.

Não é preciso dizer que a situação no Velho Mundo não se parece em absoluto com a da América. E é por isso que a política multiculturalista não tem nem os mesmos motivos, nem pode ou deve implicar, na Europa, os mesmos efeitos verificados na América do Norte. Na Europa o multiculturalismo não tem tão fortes vínculos com a cultura de massas ou com os *mass-media*. A distinção entre alta cultura e cultura menor (de massas)¹⁹ lá ainda está viva, e os clássicos ainda possuem um *status* privilegiado no currículo escolar. O entendimento recíproco a partir da interpretação dos mesmos textos ainda é possível. Seja como for, a cultura de massas é global, mas produzida nos Estados Unidos, não na Europa. Mesmo que a cultura de massas norte-americana seja consumida pela mídia ao redor do mundo, ela não terá nada a ver com o multiculturalismo produzido na Europa.

Os Estados nacionais europeus nunca foram caldeirões (*melting-pots*) de diversidade cultural; “muitos em um” nunca foi o seu *slogan*. Desde a emergência dos Estados-Nação, tem-se exigido completa assimilação. Dessa forma o multiculturalismo europeu conseguiu pavimentar o caminho para a aceitação do *slogan* e da prática do “muitos em um”, exatamente o *slogan* e a prática recentemente abandonados na América, onde em primeiro lugar foram inventados. Não obstante isso, os últimos desenvolvimentos do multiculturalismo norte-americano ressoam melhor se forem tomados antes como sinais de alerta do que como modelos a imitar. O multiculturalismo europeu só terá futuro se se desenvolver em diálogo com a tradição européia e se encontrar seus próprios modelos e modos de articulação.

4 Existem dois cenários de multiplicidade cultural que foram ou se tornaram típicos na Europa. O que sempre foi típico é a coexistência

¹⁹ *High and low culture*, no original, cf. nota anterior de tradução.

tradicional de uma grande variedade de culturas; o que recentemente tornou-se típico foi a pluralização de culturas devido a novos incrementos de ondas de emigração e imigração. Poderíamos exemplificar ambos os fenômenos com o que tem ocorrido nos países da Europa Central.

Antes do advento do moderno Estado-Nação, a diversidade de línguas, dialetos, costumes e modos de vida era vista como uma qualidade natural da Europa. Na monarquia austro-húngara esse multiculturalismo “natural” sobreviveu por um longo período. Havia aqui pouca ou nenhuma pressão, no sentido da assimilação, sobre pessoas de camadas mais baixas da sociedade que não aspirassem a um emprego público (*Staatsbeamten*) ou a postos militares. A exceção ficava com os judeus. A emancipação judaica exigia (de modo oposto à de outros grupos étnicos) que os judeus abandonassem, ou pelo menos fingissem abandonar suas formas tradicionais de vida; que eles se comportassem e falassem como os gentios. A maioria dos judeus na realidade queria assimilar-se, e muitos converteram-se ao Cristianismo como um bilhete de ingresso em sociedade. É bem sabido que a assimilação judaica acabou por ricochetear, sobretudo na Europa Centro-Oriental, mais do que em qualquer outro lugar. Não obstante esse ter sido um caso especial e trágico, tendências parecidas poderiam ser observadas em muito menor escala. Por exemplo, a expulsão étnica de alemães de vários países da Europa Central, depois da Segunda Guerra Mundial, resultou de uma combinação de vingança política com disfarçada política étnica. A população alemã (apesar de ter vivido por muitos séculos no mesmo contexto nacional) era agora percebida como incapaz de assimilação e, em conseqüência, como um corpo eternamente-estranho dentro de um organismo nacional.

Com a ressalva desse e de outros atos de expulsão similares (e.g., a expulsão dos húngaros da Tchecoslováquia), o mapa étnico da Europa Centro-Oriental permaneceu misturado durante a segunda metade deste século. Como é bem conhecido, não foram os povos, foram antes as fronteiras entre os Estados que migraram, como acontece ainda hoje. Como também é mais que sabido, todos os regimes comunistas proibiram a liberdade de expressão, e entre outras

a liberdade de se expressarem problemas étnicos. Acima de tudo, os partidos comunistas, desde a Romênia até a Iugoslávia, declararam que haviam resolvido o problema para sempre. Enquanto isso, vagarosa mas seguramente, os grupos nacionais mais numerosos ou os mais centralmente posicionados começaram a dominar todos os outros. O que aconteceu nos últimos cinco anos foi simplesmente a emergência de um conflito que sempre esteve lá. Esse conflito conduziu a guerras, e pode levar, ainda, a novas guerras.

Uma saída típica seria a criação de Estados etnicamente “puros”. Mas a mistura cultural na Europa Central é tão intensa que essa saída dificilmente teria sucesso. Talvez tenha dado certo apenas na Eslovênia. A Eslováquia separou-se, mas ela ainda possui consideráveis minorias húngara e ucraniana. A Letônia separou-se, mas tem uma maioria russa. Em conseqüência, o multiculturalismo deve ser posto na agenda européia, pelo menos numa agenda mínima. A questão que remanesce é quanto aos motivos dessa agenda.

Entre os povos da Europa Central-Oriental, cada um possui uma ligação emocional à terra, ao solo onde vive. Mais de um povo ou grupo de povos estão ligados ao mesmo chão. Vários povos possuem mitos de ocupação original (por exemplo, o mito de Átila, entre os húngaros, e o mito daco-romano dos romenos); e mais de um povo acalenta mitos de um título de propriedade adquirido pela espada ou pelo sacrifício de seu sangue (como os sérvios e os albaneses relativamente a Kosovo). Nesse particular, a igualdade de reivindicações não é uma afirmação ideológica. Aqui nós vemos diferentes povos que falam cada um a sua língua – e sobretudo línguas que não são simples cópias de línguas originais empobrecidas num meio estranho, mas línguas que permanecem ricas e que guardam traços de seu desenvolvimento lingüístico-literário pelo contato direto com suas nações de origem. Nenhum oceano as separa dos Estados das nações de origem, apenas fronteiras políticas artificiais (sendo todas as fronteiras políticas sempre artificiais). Cada um desses povos “possui” uma cultura nos três níveis: cotidiano, alta cultura e cultura do discurso.

Se existem duas ou mais culturas tradicionais que cresceram no mesmo lugar e que desenvolveram de modo independente todos

os três níveis de cultura, então não estamos mais lidando com grupos que constituem a si próprios culturalmente a partir de um único ponto comum (como é o caso dos homossexuais nos Estados Unidos), mas, antes, com etnias nacionais. Segue-se disso que sua exigência de ter acesso à educação em suas respectivas línguas maternas (desde o primário até o terceiro grau) é completamente racional; assim como racional será a outra exigência de que eles possam ensinar e aprender tudo em suas línguas maternas e também usá-las na comunicação oficial. Agora, a exigência oposta é do mesmo modo racional: deverá haver uma língua para o comércio político, que todos os cidadãos estejam habilitados a falar. De outro modo, haveria sérios problemas no entendimento recíproco transcultural entre os cidadãos no nível do discurso político – um discurso exigível num Estado democrático e constitucional. Um Estado bilíngüe ou trilingüe seria ideal, assim como é concebível em termos de estipulações constitucionais, mas raramente funciona na vida real, a não ser que prevaleça um federalismo no qual seja possível falar uma língua em cada região (e mesmo aqui, como mostra o exemplo da Catalunha, alguns problemas novos aparecem). Seja como for, uma solução como essa não está ao alcance da Europa Central-Oriental²⁰.

Permitam-me agora comparar a agenda “multiculturalista” desse contexto com o contexto norte-americano a partir da seguinte analogia. É apropriado numa agenda multiculturalista racional que existam departamentos húngaros em todas as universidades romenas, mas não que exista um departamento chicano nas universidades norte-americanas. A razão para isso é que as universidades húngaras e os departamentos húngaros ensinam a (alta) cultura húngara, do mesmo modo como os departamentos de inglês ensinam a alta cultura inglesa, ao passo que os departamentos chicanos não ensinam a cultura hispânica, e muito menos a alta cultura hispânica. Eles ensinam apenas costumes locais, hábitos e uma história sublocal. O ensino de literatura russa na Estônia constrói uma barreira contra a invasão da cultura de massas, ao passo que o ensino de literatura afro-americana nos Estados

²⁰ Kymlicka (1995) discute duas opções políticas para essas regiões: a primeira, de autogoverno, e a segunda, participação. Ele recomenda a primeira apenas se a alternativa for a secessão.

Unidos abre o caminho para a cultura de massas. Isso não acontece porque não existam bons autores afro-americanos (que inegavelmente os há), mas pelo fato de que não existe uma literatura afro-americana (o que existe apenas é uma subseção dentro da literatura norte-americana que expressa a experiência comumente chamada de experiência afro-americana)²¹. E é por isso que essas disciplinas criadas ideologicamente abrem todas as portas e janelas para a invasão do lixo cultural de massas.

Deixem-me, agora, voltar para o último cenário multiculturalista, o dos imigrantes que chegam a países que possuem culturas nacionais relativamente homogêneas e tradicionais, como, por exemplo, o caso dos turcos e chineses, dos árabes e poloneses que se estabelecem na Alemanha. Essa é uma situação diferente da “situação do Novo Mundo”, porque existe pelo menos um grupo particular com laços tradicionais ao solo. Também é diversa daquele nosso cenário anterior, porque existem aqui muitos grupos que não possuem vínculos emocionais e não reivindicam uma ocupação original. Ao mesmo tempo, ela é similar à cena do Novo Mundo, porque os imigrantes ingressam pelas mesmas razões: em geral eles buscam o asilo de melhores condições de vida. Mas de outro lado é também uma situação similar à cena original do Velho Mundo: os recém-chegados imigram para Nações-Estado que não possuem a ideologia tradicional da “unidade na diversidade” e que partilham da tradição, ou melhor do instinto, de impor às minorias uma forte pressão no sentido da assimilação. Nesse contexto, o multiculturalismo pode ser uma medida preventiva contra a repetição do tipo de assimilação forçada que outrora foi imposta aos judeus da Europa Central. A história judaica é obviamente um obscuro ponto de referência para os multiculturalistas da Europa Central. O multiculturalismo que eu chamo de “defensivo” aponta para os perigos das pressões no sentido da assimilação forçada.

Quando em primeiro lugar defini o multiculturalismo, eu

²¹ Irving Howe costumava dizer, e com razão, que não existe uma literatura judeo-americana escrita em inglês; que existe apenas literatura americana que ocasionalmente conta estórias de pessoas judias. Somente uma literatura escrita em iídiche pode ser denominada autenticamente uma literatura judeo-americana.

falei sobre ele como uma ideologia que protege e promove a multiplicidade de culturas. Agora quero dividir essas duas funções, ainda que apenas de modo relativo, e seguir falando de um multiculturalismo protetor e de outro ofensivo, respectivamente.

O multiculturalismo protetor defende cada cultura contra a discriminação, seja pelo Estado (como é na maioria das vezes o caso na Europa e na Ásia) seja pela sociedade (como é normalmente o caso nos países do Novo Mundo)²². Ele também protege o direito de todos os grupos à auto-articulação e o direito de reunião em público. Além disso, o multiculturalismo protetor defende de muitas maneiras as culturas contra pressões assimilatórias, como, por exemplo, ao enfatizar que a multiplicidade de culturas torna um país mais colorido, adiciona algo à sua beleza e torna-o um lugar mais interessante para se viver. Porém, o multiculturalismo protetor também pode tornar-se ofensivo se a sua função protetora assim o exigir: por exemplo, contra o racismo manifestado, digamos, em ataques de *skinheads*.

No início desta comunicação eu enfatizei que a agenda multiculturalista deve ser discutida num contexto concreto. Isso, porém, só é verdadeiro em relação ao multiculturalismo ofensivo, e não em relação ao multiculturalismo protetor. Eu repito, porém, que os limites entre esses dois tipos de multiculturalismo são elásticos e só podem ser estabelecidos com mais certeza nos contextos concretos.

Permitam-me retornar brevemente aos tipos de multiculturalismo predominantes na Europa Central. Lá, onde a multiplicidade de culturas étnicas floresceu desde tempos imemoriais dentro do mesmo território (ainda que não no mesmo Estado), e se essas culturas já ou ainda praticam cultura no mesmo nível, o multiculturalismo é ofensivo se ele se torna autocontraditório. Isso pode ocorrer quando ele exige a secessão ou um tipo de federalismo que garantiria pureza étnica – porque nesse caso o objetivo consciente não é multiculturalista, mas monoculturalista. Ele pode também tornar-se autocontraditório sempre que exija que os membros de uma comuni-

²² Segundo Tamas Gaspar Miklos, entretanto, o fator da discriminação social contra a minoria húngara recentemente desempenhou maior papel na Romênia do que a discriminação estatal.

dade cultural se identifiquem, em termos absolutos, com aquela comunidade, sempre que autoproclamados “multiculturalistas” (os “etnocratas”, segundo a terminologia de Gombar) se incomodem com a pluralidade de filiações individuais ou com a escolha individual de múltiplas identidades. A pressão assimilacionista então recai para uma fase segregacionista e de políticas separatistas: é bem sabido o fato de que a pressão assimilatória é uma tradição típica do monoculturalismo. Na opinião dos multiculturalistas protetores a identificação de alguém a sua cultura nativa é uma opção aberta e respeitável tanto quanto a opção de não-identificação. A gente, então, será livre para não se assimilar ou dissimilar-se, sendo livre, por outro lado, também, para assimilar-se. O pluralismo e o “integracionismo” podem, assim, andar de mãos dadas.

O multiculturalismo ofensivo não concede essa liberdade. Ele é comunitário e antiliberal. Seu *slogan* poderia ser descrito como “o que se pode fazer, então se está obrigado a fazer”. Tomemos mais uma vez o exemplo norte-americano: um afro-americano está obrigado, até mesmo pressionado, a superenfatizar sua “africanidade” como a sua única identidade, ou quando muito a principal. Ou tomemos a perspectiva de alguns grupos de defesa dos direitos dos *gays*: não é suficiente que os homossexuais possam ser declaradamente homossexuais sem serem constantemente incomodados com a discriminação. Um homossexual tem de usar sua homossexualidade constantemente “na manga” como um emblema de identidade. O multiculturalismo norte-americano prestigia a segregação e o separatismo, e despreza o diálogo. Na opinião daqueles a quem chamo de “multiculturalistas ofensivos”, todas as culturas são iguais por definição. Afirmar algo diferente disso é por definição racista ou pelo menos elitista.

Não obstante, o multiculturalismo europeu também pode ser ofensivo, por exemplo, ao considerar todas as regulamentações de imigração com suspeição, ou se mantiver objeções contra a promoção da língua ou da cultura nacional. As nações européias não são apenas nações constitucionais como aquelas do Novo Mundo. A nacionalidade européia está muito mais ligada diretamente a linguagem e a textos, a história, a uma espécie de tradição ausente no Novo Mundo. Não é necessário que um grupo imigrante escolha a tradi-

ção germânica ou austríaca como sua, mas apenas o multiculturalismo ofensivo negará a importância de adquirir versatilidade nessa tradição, de sorte a compreender as alusões, as conotações e entrelinhas, as “citações sem rodapés” que distinguem uma cultura rica. Seja como for, não foi com certeza por aprender o idioma alemão ou citar Goethe que os judeus experimentaram uma forte pressão assimilatória no século XIX, foi, antes, porque eles não tinham liberdade para se identificarem como judeus sem sofrerem segregação e auto-humilhação, porque não podiam promover, cultivar nem mesmo defender sua própria tradição com orgulho e dignidade, e porque sua forma de vida, como diferença, não era respeitada como tal. Eu penso de modo similar a respeito dos novos grupos migratórios na Europa Central. Aprender a língua, a literatura e a história da nação cujo território eles voluntariamente escolheram como seu *habitat* não deve ser percebido como uma pressão, nem por eles nem por seus porta-vozes multiculturalistas.

O que o multiculturalismo defensivo almeja conquistar e estabilizar como uma atitude geral entre os membros de culturas diferentes é que eles possam simultaneamente manter e cultivar suas raízes, práticas religiosas, padrões de vida familiar e de amizade, culinária, gestos e modos de contar piadas e assim por diante, e que tudo isso não deva ser considerado como algo estranho em sua diferença, mas como algo interessante, atraente e rico. E se algo é verdade no plano micro, por que não seria no plano mundial? O futuro da modernidade depende de muitas coisas, mas entre elas depende também da capacidade ou incapacidade das culturas de cooperarem, de compreenderem umas às outras e, até certo ponto, de integrarem-se. O multiculturalismo defensivo oferece algumas avenidas para que sejam alcançados esses objetivos. Já o multiculturalismo ofensivo abre todos os caminhos para a perpetuação da guerra étnica e para o desaparecimento da multiplicidade cultural, que supostamente deveria proteger.

Referências

- BAKER, Russel. Gone with the unum. *New York Times*, Sunday 10 April 1994, p. A 23.
- BAUBÖCK, Rainer. Kulturelle Integration von Einwanderern. *Journal für Sozialforschung*, v. 34, n. 1, p. 71-76, 1994.
- BERNSTEIN, Richard. *Dictatorship of virtue: how the battle over multiculturalism is reshaping our schools, our country, and our lives*. Random House, 1995.
- FEHÉR, Ferenc; HELLER, Agnes. *Biopolitics: public plicy and social welfare*. Aldershot: Avebury, 1994. v. 15.
- FEKETE, John. *Moral panic: biopolitics rising*. Montreal: Robert Davies, 1994.
- GOMBAR, Csaba. Társadalomszemléletünk etnicizálódása. *Politikatudományi Szemle*, Budapest, n. 4, 1994.
- HUNTINGTON, Samuel P. The clash of civilizations? *Foreign Affairs*, p. 22-49, Summer 1993.
- KYMLICKA, Will. *Multicultural citizenship: a liberal theory of minority rights*. Oxford University Press, 1995.
- OFFE, Claus. Moderne “Barbarei”: Der Naturzustand im Kleinformat? *Journal für Sozialforschung*, v. 34, n. 3, p. 229-248, 1994.
- PINKER, Steven. The game of the name. *New York Times*, Tuesday 4 April 1994, p. A21.
- RAZ, Joseph. Multiculturalism. *Dissent*, Winter 1994.
- TAYLOR, Charles. The politics of recognition. In: GUTMANN, Amy (Ed.). *Multiculturalism and the “politics of recognition”*. Princeton University Press, 1992. p. 68-69.
- WALZER, Michael. Multiculturalism and individualism. *Dissent*, Spring 1994, p. 185.